


CARLOS HENRIQUE ABRÃO

LUCILAINE BRAGA LUCIANO CANDIDO MARTINS

CARLOS ROBERTO CLARO

**DESTITUIÇÃO DO
DEVEDOR E REMOÇÃO
DOS ADMINISTRADORES
DE EMPRESAS EM
RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

Editora Quartier Latin do Brasil
São Paulo, verão de 2023
editoraquartier@uol.com.br
 @editoraquartierlatin

**CARLOS HENRIQUE ABRÃO; LUCILAINE BRAGA LUCIANO
CANDIDO MARTINS; CARLOS ROBERTO CLARO**

*Destituição do Devedor e Remoção dos Administradores de Empresas em
Recuperação Judicial.*

São Paulo: Quartier Latin, 2022.

ISBN 978-65-5575-178-9

1. Direito concursal. 2. Destituição do Devedor. 3. Remoção dos Administradores de Empresas. 4. Recuperação Judicial. 5. Lei 11.101/05. 6. Direito societário I. Título.

Editor

Vinícius Vieira

Produção editorial

José Ubiratan Ferraz Bueno

Diagramação

Victor Gasperazzo Guimarães Nakamura

Revisão gramatical

Studio Quartier

Capa

Rafael Nicolau

EDITORA QUARTIER LATIN DO BRASIL

Rua General Flores, 508

Bom Retiro – São Paulo

CEP 01129-010

Telefones: +55 11 3222-2423; +55 11 3222-2815

Whatsapp: +55 11 9 9431 1922

Email: editoraquartier@uol.com.br

 @editoraquartierlatin

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfilmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal), com pena de prisão e multa, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

SUMÁRIO

Apresentação	9
Prefácio por Massami Uyeda	11
Prefácio por Paulo Henrique dos Santos Lucon	13

CAPÍTULO I PODER DIRETIVO EMPRESARIAL, 15

1. Auditorias independentes e responsabilidades na recuperação judicial.....	17
1.1. Auditorias independentes e o conflito de interesses.....	19
2. Sociedades limitadas e companhias.....	22
3. Cooperação do administrador provisório (gestor) na recuperação judicial	23
4. Governança Corporativa.....	25
4.1. Governança corporativa em sociedades de economia mista	27
4.2. Governança corporativa de sociedades anônimas.....	30
5. Lei Geral de Proteção de Dados.....	31
5.1. O panorama da recuperação e a essencialidade do informe.....	34
6. Regras de <i>Compliance</i>	35

CAPÍTULO II PERÍCIA PRÉVIA E SUAS CONSEQUÊNCIAS, 41

7. A finalidade da perícia prévia.....	43
8. A impossibilidade de manter o gestor	70
9. A viabilidade da empresa	73
10. Dinâmica da remoção e consequências	80

CAPÍTULO III
A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA
E O DIREITO COMPARADO, 87

11. A evolução da Legislação Nacional.....	89
12. O Fator da Preservação da Empresa e sua Função Social	91
13. A Dinâmica da Recuperação Judicial e sua Finalidade	92
14. A Função do Administrador e a Exceção do Afastamento	93
15. A Visão do Direito Comparado.....	95

CAPÍTULO IV
A DESTITUIÇÃO DO DEVEDOR E A REMOÇÃO
DO ADMINISTRADOR NA LEI 11.101/05, 97

16. Hipóteses legais de remoção e legitimidade ativa.....	99
16.1. Legitimidade ativa	101
16.2. Momento processual para análise do afastamento	102
17. Aspectos essenciais do procedimento.....	105
17.1. A tutela jurisdicional.....	105
17.2. Da Recusa.....	108
17.3. Da decisão.....	109
18. Visão do contexto legal	110
19. A demora na destituição do administrador.....	113
20. Análise do artigo 65 da Lei 11.101/05.....	117
21. O controle pulverizado nas companhias anônimas.....	119
22. O gestor judicial e o <i>fresh start</i>	121
22.1. Procedimento do " <i>fresh start</i> "?.....	125

CAPÍTULO V**ADMINISTRAÇÃO SOCIETÁRIA E DIREITO CONCURSAL, 127**

23. Administrador provisório e as garantias do processo judicial	129
24. Administrador Residente ou Domiciliado no Exterior	131
25. A recuperação extrajudicial e a destituição do administrador.....	134
26. Indicação dos Administradores da Companhia	137
27. Os Poderes do Gestor Judicial.....	139

CAPÍTULO VI**A ATUAL LEI 14.112/2020, 143**

28. Ausência de transparência na gestão	145
29. Clubes de futebol	157
30. Cooperativas de crédito.....	165
31. Recuperação de produtor rural.....	169
32. Suspensão do direito de voto.....	171
33. Sociedade de economia mista	175

CAPÍTULO VII**COMPARTILHAMENTO DE INFORMAÇÕES E
RESPONSABILIDADES DO GESTOR PROVISÓRIO, 181**

34. Desvio de comportamento e papel do Ministério Público.....	188
35. Distribuição de lucros e dividendos.....	190
36. Papel do controlador, dos Conselhos de Administração e Fiscal.....	198
37. Tutela dos minoritários na recuperação judicial.....	207

CAPÍTULO VIII
ALIENAÇÃO PARCIAL OU TOTAL DO CONTROLE E A
RESPONSABILIDADE DO ADMINISTRADOR, 215

38. O Poder Diretivo Societário.....	217
39. Repercussões da Alienação do Controle e o Passivo Societário	219
40. A função do Administrador Judicial na Alienação do Controle.....	220
41. Plano de Recuperação e Modificação do Controle	221
42. A Responsabilidade Solidária dos Administradores Societários	222
43. A Posição dos Credores na Recuperação Judicial.....	223
44. Das consequências da não remoção.....	224
45. A interpretação jurisprudencial e a responsabilidade solidária	225

O CONTEXTO CONCLUSIVO DA MATÉRIA, 227

A. O Equívoco Redacional Legislativo.....	229
B. Aspectos Polêmicos do Afastamento	231
C. A Responsabilização dos Maus Administradores	232
D. A Coerência entre o Direito Concursal e o Societário	233
E. Abrangência da Recuperação Judicial	235
F. O Gestor Judicial e os Riscos do Negócio.....	236

CONCLUSÃO, 239

POSFÁCIO POR RACHEL SZTAJN, 245

REFERÊNCIAS, 246